

Mudanças Demográficas, Reformas Previdenciárias e Mais-Valor Absoluto: Exploração Intertemporal no Capitalismo Contemporâneo

Marcelo Milan

Resumo

Este trabalho propõe uma interpretação marxista das reformas previdenciárias contemporâneas. As mudanças demográficas que vem acontecendo desde a primeira revolução industrial, caracterizadas entre outras por um envelhecimento da população, implicam uma dificuldade de reposição da força de trabalho para alguns países em função das aposentadorias. Este fenômeno tem implicações importantes para a produção de valor e mais-valor, na medida em que afeta o fluxo de entrada e saída da força de trabalho no circuito do capital e de redistribuição social de fundos por meio de tributação e transferências governamentais. As reformas previdenciárias, cujas medidas incluem a redução da idade mínima de aposentadoria, permitem manter o fluxo de força de trabalho por mais tempo no circuito do capital. Este trabalho interpreta esta ampliação da jornada como uma forma de extração intertemporal de mais-valor absoluto.

Palavras-chave: Demografia, Aposentadoria, Securidade Social, Exploração

Abstract

This article proposes a Marxian interpretation of many contemporary social security reforms. Demographic changes that have been happening since the first industrial revolution, including population ageing, imply a difficulty in replenishing the labor force, due to retirement, in a few countries. This phenomenon has important consequences for the production of value and surplus value, insofar as it affects the inflow and outflow of labor power in the circuit of capital as well as the redistribution of social funds by means of taxes and government transfers. Reforming social security, including increasing the minimum retirement age, helps keeping the flow of labor power into the circuit of capital for a longer time. This work sees this increased working time as a form of intertemporal absolute surplus-value extraction.

Key-words: Demographics, Retirement System, Pensions, Exploitation

“The problem won't be solved unless you let them hurry up and die.” Taro Aso, Ministro das Finanças do Japão

“(...) We should move towards abolishing the fixed age of retirement, and we should regard old people as a resource rather than a problem (...)” Anthony Giddens, *The Third Way – The Renewal of Social Democracy*

1. Introdução

O mundo atualmente passa por uma transição demográfica que teve início em 1800 e estará concluída em 2100, ainda que de forma desigual entre as diversas regiões e países (Lee, 2003)¹. As mudanças, que ocorrem em sequência, possuem como característica central um declínio nas taxas de mortalidade e natalidade, aumentos na expectativa de vida ao nascer e aumento na proporção da população com idade acima de 65 anos, principalmente mulheres. Nesta transição, a população mundial seguirá se expandindo, principalmente nos países pobres. Até o momento, a expectativa média de vida dobrou, e deve triplicar segundo as estimativas do autor. Lee (2003) também examina as possíveis causas destas mudanças, mas a tendência geral apresentada, de aumento populacional acompanhado de aumentos na expectativa de vida e envelhecimento populacional, é que interessa a este trabalho, na medida em que estas mudanças transformam a composição da classe trabalhadora² e as próprias condições de reprodução da força de trabalho e logo das economias capitalistas.

Blackburn (2003) igualmente mostra que as transformações demográficas têm muitas implicações. Um dos principais problemas apontados é a pressão exercida sobre os

¹ O autor assume uma divisão do mundo entre países mais desenvolvidos, menos desenvolvidos e pouco desenvolvidos e assume a manutenção desta estrutura para os três séculos da transição demográfica. Assume-se portanto uma desigualdade permanente entre países e regiões. Mais significativo, a proporção da população vivendo em países pobres seguirá crescendo, absorvendo praticamente todo o crescimento populacional estimado nas próximas décadas.

² O texto utiliza o termo “classe trabalhadora” de forma genérica, para evitar um viés de gênero na linguagem. Por vezes o termo “trabalhador” ou “trabalhadores” é empregado, sem qualquer conotação sexista, e deve portanto ser entendido como uma referência a uma classe social.

sistemas previdenciários. O relatório da Administração da Seguridade Social dos EUA (Social Security Administration) (2012) estima, por exemplo, que sem reformas o fundo de previdência daquele país seria exaurido em 2033. Ainda que a questão do financiamento da seguridade seja importante para qualquer formação social ou modo de produção, implicando na distribuição de trabalho social para a parcela da população que não está inserida diretamente na estrutura produtiva da sociedade, um outro aspecto tem sido pouco enfatizado na literatura, convencional ou marxista. Trata-se da redução da idade mínima para aposentadoria que, se por um lado tem como efeito a redução nos valores totais do trabalho social recebidos pela classe trabalhadora quando esta se torna, parcial ou totalmente, ex-trabalhadora, por outro obrigada-a a continuar se submetendo ao assalariamento e à exploração por um período mais longo de tempo.

Desta forma, o trabalho questiona em que medida a ampliação da jornada intertemporal de trabalho da classe trabalhadora, isto é, o aumento da “vida útil” da mercadoria força de trabalho, representa um mecanismo novo de exploração possibilitado pelas mudanças demográficas em curso. A hipótese deste trabalho é que este prolongamento da jornada representa um terceiro mecanismo de exploração, distinto da extração tradicional de mais-valor absoluto e relativo, mas próximo da primeira. Para proporcionar possíveis respostas a esta questão, o trabalho avalia a literatura sobre demografia, previdência e reforma previdenciária. Além do entendimento sobre as relações entre mudança demográfica, previdência e exploração, o artigo procura também entender quais são as principais mudanças populacionais, quais as características mais importantes das propostas de reforma previdenciária ao redor do mundo e seus impactos e condicionantes sobre a luta de classes. Ainda que estas transformações sejam diferentes de país para país, a teorização procura trabalhar no plano do modo de produção, com menções eventuais às distintas formações sociais e experiências nacionais.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Na seção que segue esta introdução são destacadas, por meio de revisão bibliográfica, as principais mudanças demográficas e as reformas previdenciárias, em particular as modificações na idade mínima para aposentadoria. A terceira seção propõe uma interpretação marxista das reformas. A última seção apresenta as conclusões do trabalho.

2. Mudanças Demográficas e Reformas Previdenciárias

2.1. Aumentos na expectativa de vida e envelhecimento: impactos sobre a força de trabalho e o financiamento previdenciário

Lee (2003) apresenta dados e projeções sobre a transição demográfica pela qual passa a população mundial. As taxas de natalidade e mortalidade caem, enquanto a expectativa de vida e a população aumentam, ainda que de forma desigual. Um resultado importante destas mudanças está na redução da proporção do tempo dedicado pelas mulheres aos cuidados com os filhos. Uma outra consequência destas mudanças é o aumento na taxa de dependência, definida como a razão entre a população acima de 65 anos e abaixo de 20 anos sobre a população entre 20 e 64 anos. Uma maior taxa de dependência tende a criar pressões sobre regimes previdenciários de repartição. Finalmente, o envelhecimento da população, que pode ter duas causas: a reduzida fertilidade da população ou uma maior expectativa de vida proporcionada por quedas nas taxas de mortalidade. A primeira não afeta a longevidade nem melhora a saúde e a disposição da população acima de 65 anos para o trabalho, não contribuindo para expandir a vida útil de trabalho. A segunda é fundamental para manter a vitalidade dos trabalhadores. Este aspecto é o mais significativo para entender as consequências destas mudanças para as relações sociais de produção.

Estas mudanças levantam questões importantes para o pensamento marxista, as quais não se encerram unicamente no problema previdenciário. Por exemplo, estas mudanças devem transformar a produção de valores de uso, com bens voltados ao consumo da população com idade acima de 60 anos e redução na produção de bens de consumo voltados para as crianças. Com relação à questão do menor tempo empregado pelas mulheres no cuidado da prole, e mais tempo alienando a força de trabalho ou, em menor escala, explorando a força de trabalho de outras mulheres, cabe destacar que a força de trabalho se torna mais feminina e, dada a discriminação por gênero no mercado de trabalho e a persistência de relações patriarcais, com menores salários para o mesmo trabalho, permite uma maior exploração³.

³ Em que medida estes menores salários refletem um menor custo de reprodução da força de trabalho via trocas mercantis, dado que as mulheres ainda dispendem uma elevada proporção do tempo total dedicando-se aos cuidados com a família (Folbre, 1994), e portanto validam a troca de equivalentes dos homens no

Sobre o conceito de dependência entre gerações, o mesmo é meramente demográfico, sem referência às classes. Os problemas previdenciários são muitas vezes interpretados como representando uma transferência indevida de renda das gerações presentes, cujos sistemas previdenciários estariam ameaçados caso não fosse possível elevar de forma substancial as contribuições presentes, para as gerações futuras. Trata-se do conflito generacional. Mas se este argumento é válido, então o conflito de classes entre capital e trabalho deveria receber o mesmo tratamento, destacando as transferências intratemporais de mais-valor do trabalho para o capital, pois o capitalismo se estrutura de forma a que uma classe “dependa” do trabalho não pago de outra⁴. Ou seja, o cálculo da taxa de dependência assume que a população inativa depende da contribuição da força de trabalho ativa. Mas para melhor entender as transferências intertemporais é preciso considerar diferenças de classe. Os capitalistas aposentados não dependem da previdência pública naqueles regimes em que ainda há previdência pública, mas da capacidade em acumular mais-valor extraído dos trabalhadores antes de deixarem de executar a exploração, e da renda patrimonial que continuam a receber do mais-valor não utilizado para a acumulação de capital. Os jovens e crianças de famílias capitalistas têm a mesma situação, vivendo da mais-valia extraída dos trabalhadores ou de algum outro mecanismo de transferência. O termo aposentadoria aqui precisa ser redefinido em termos de trabalho ativo e inativo, excluindo rendas de propriedade que não dependem de um ‘capitalista funcionante’. Como os trabalhadores dependem destas transferências, a luta de classes pode mudar a dinâmica da dependência entendida não enquanto mera divisão populacional em faixas etárias, mas em termos das transferências intertemporais e os próprios parâmetros demográficos das classes sociais.

Na transição demográfica projetada por Lee (2003) há uma população maior, principalmente nos países pobres. Uma questão importante, não abordada pelo autor, diz respeito a como esta população maior irá se distribuir em termos de classes. Uma maior

mercado de trabalho, é uma questão que não será abordada neste trabalho. Mas qualquer mecanismo de exploração por expropriação, valendo-se de trocas desiguais, ampliam a exploração da classe trabalhadora, e este aspecto não está diretamente relacionado à questão demográfica da ampliação da expectativa de vida da classe trabalhadora.

⁴ Arza e Kohli (2008) argumentam que o conflito intergeracional substituiu o conflito de classes, mas que o primeiro não poderá ser resolvido, com o objetivo da equidade intergeracional, sem referência ao último, que permanece relevante. Em seu capítulo, Kohli argumenta que os programas previdenciários foram fundamentais na pacificação do conflito entre capital e trabalho. Pampel (1994) mostra a importância da divisão de classes para a determinação dos gastos sociais.

proporção de proletários dará uma dinâmica completamente diferente à luta de classes e à acumulação de capital, permitindo manter o circuito do capital sem interrupções na utilização do capital variável. Nos países centrais em que a população apresenta tendência de queda, o problema da falta de mão de obra já está sendo resolvido. A crise iniciada em 2007 tem sido utilizada para impor medidas de austeridade que reduzem o Estado de bem-estar social desenvolvido no pós-II Guerra, apontando potencialmente no sentido de expansão do proletariado na Europa (Pochet e Degryse, 2012). Como argumentam Korpi e Palme (2003), porém, a regressão do Estado de bem-estar social naquele continente teve início nos anos 1970. A OIT (2010) argumenta que o sistema de proteção social é de fato um elemento estabilizador das crises econômicas e sociais, além de redutores da pobreza e da desigualdade, no que é seguida por Casarano e Pasinoto (2007). As reformas discutidas abaixo podem ter por consequência portanto para uma maior instabilidade e desigualdade social, permitindo intensificar o conflito de classes.

O envelhecimento da força de trabalho tem outras implicações. Ele modifica a natureza do exército industrial de reserva, com os aposentados sendo mantidos como forma de força de trabalho potencial. Mas isto depende do nível de desenvolvimento de cada país ou região. Nos países menos desenvolvidos, a aposentadoria pode não representar uma retirada “forçada” da mercadoria força de trabalho da circulação, sendo uma forma de complementar, via redistribuição de fundos, os baixos salários. O exército industrial de reserva não seria modificado. Reformas previdenciárias que aumentam a idade mínima de aposentadoria representariam aqui um elemento adicional na superexploração conforme formulada pela teoria marxista de dependência (Luce, 2012, Amaral e Carcanholo, 2012). Adicionalmente, nos países pobres existe a possibilidade de receber atividades produtoras de mais-valor originadas nos países centrais, ou de emigração de parte da força de trabalho, reconfigurando a luta de classes em nível mundial. Nos países capitalistas desenvolvidos a luta de classes tem expressão na disputa pela redistribuição do trabalho social canalizado para o Estado, mas as reformas podem recentrar a disputa na economia e nas empresas, e o elevado desemprego representa um crescimento do exército industrial de reserva. As reformas podem assim contribuir para expandir ainda mais este excedente populacional na medida em que a decisão de não mais fazer parte dos processos de acumulação de capital, exploração e produção de mais-valor.

Este quadro demográfico, em particular o envelhecimento populacional, tem sido apresentado para ilustrar a crise demográfica que se projeta sobre a previdência social, principalmente nos países centrais. Baker (2011 e 2012) argumenta que não existe crise demográfica. A redução na proporção de contribuintes não implica reduções na renda potencial disponível de aposentados ou trabalhadores ativos nos EUA, pois houve fortes ganhos de produtividade nas últimas décadas. Além disso, eventuais declínios na população trariam outros benefícios, entre eles um fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores e a eliminação de ocupações precárias e mal-remuneradas. Mais importante, Baker afirma que não existe conflito intergeracional, e que, como os ganhos de produtividade nas últimas décadas não foram para os trabalhadores, o cerne da questão segue sendo o conflito intrageneracional, centrado no conflito capital-trabalho. O problema demográfico aparece como a perda da utilização do poder hierárquico nas empresas para reduzir salários e benefícios, além das conquências políticas globais de uma população nacional em declínio para propósitos imperiais. Todavia, ele parece superestimar a capacidade do capitalismo de funcionar sem um exército industrial de reserva.

Assim como Baker, Blackburn (2003) enfatiza o exagero nas projeções sobre o ritmo de envelhecimento da população e na necessidade de se implementar reduções nos valores das aposentadorias ou de privatizar o sistema previdenciário. A preocupação estaria na dificuldade em garantir a reposição da força de trabalho. De uma perspectiva de classe, a ameaça é real. O imperativo do mais-valor e da exploração não permite situações prolongadas de declínio populacional da classe trabalhadora (mas poderiam minimizar a concorrência intercapitalista no caso de reduções na burguesia)⁵. A possível exaustão do exército industrial de reserva tem implicações para a luta de classes e para a acumulação de capital. Blackburn (2003, p. 18) apresenta argumentos que sugerem uma possível minimização do problema, mas sem a necessidade de se reformar os regimes de previdência: aumentos na expectativa de vida proporcionados pelos avanços na medicina; imigração; redução na natalidade causando uma redução no número de dependentes por

⁵ Este imperativo fica explícito na assertiva de Anthony Giddens que abre este trabalho. As citações lançam alguma luz sobre as diferentes variedades de capitalismo: enquanto no capitalismo japonês a morte de indivíduos idosos seria uma forma de evitar a contínua transferência de fundos para os aposentados, no capitalismo inglês deve-se tentar fazê-los trabalhar até o fim para evitar que a transferência de fundos para os aposentados os tornem “dependentes”.

trabalhador(a), compensando o aumento da população acima de 60 anos; progresso técnico; e, finalmente, o elevado desemprego sugere que não há escassez de força de trabalho.

O problema com o primeiro elemento apontado pelo autor é que o aumento na expectativa de vida, assim como os demais benefícios sob o capitalismo, não é igualmente distribuído. Antonovsky (1967) mostra que mudanças na expectativa de vida e nas taxas de mortalidade seguem uma clara divisão de classes. Ele mostra que antes do início do que Lee (2003) chama de transição demográfica, não havia grandes diferenças na expectativa de vida entre as classes, mas a partir do século XIX ela se acentua. Baker e Rolsnick (2010) apresentam evidências adicionais sobre esta divisão. Olshansky et al. (2012) apresentam dados sobre quedas significativas na expectativa de vida de segmentos da populações estadunidense com base em recortes raciais e educacionais. O estudo mostra um declínio na expectativa de vida da população masculina e branca sem ensino médio completo no período 1990-2008, com tendência de ampliação da diferença com outros grupos. Dadas as sobreposições entre estes recortes raciais e educacionais e o recorte de classes, não seria totalmente equivocado assumir que segmentos da classe trabalhadora, ou do exército industrial de reserva, estão com uma expectativa de vida menor, enquanto segmentos da burguesia tiveram uma substancial ampliação da expectativa de vida.

O segundo argumento de Blackburn, como o próprio autor reconhece, só é possível enquanto persistirem diferenças demográficas significativas entre os países, que não devem persistir, segundo Lee (2003), e ignora problemas como racismo, nacionalismo, xenofobia, fronteiras entre países pobres e ricos etc. O terceiro argumento aponta para uma redução no custo de reprodução da força de trabalho, posto que a população mais jovem é em geral sustentada diretamente pela população adulta, e a população acima de 60 anos em geral é sustentada indiretamente via Estado. Isso permite ampliar o tempo de trabalho excedente e ampliar a exploração. O progresso técnico permite aumentar a geração de mais-valor relativo, mas do ponto de vista da exploração a extensão da jornada intertemporal de trabalho proporcionada pela redução da idade mínima de aposentadoria amplia a massa de mais-valor. Se o mesmo progresso técnico poupar trabalho, então o problema se recoloca, resolvendo o problema do ponto de vista do fluxo de trabalho no circuito do capital mas gerando problemas potenciais para os processos de valorização. A questão do desemprego reforça a contínua existência de um exército industrial de reserva, e dado o problema do

envelhecimento, implica uma parcela da população envelhecida também parte do exército industrial de reserva, criando pressão adicional sobre a proteção social de forma ampla. Por fim, a precarização do trabalho, com empregos temporários e baixos salários, a capacidade contributiva de segmentos da classe trabalhadora é praticamente nula. O trabalho como situação permanente até a morte não seria algo totalmente impensável. De qualquer forma, estas tendências demográficas são empregadas para justificar mudanças estruturais nos regimes previdenciários. Sem aprofundar na questão da reforma, Lee (2003) reafirma a perspectiva neoliberal segundo a qual sistemas previdenciários podem ser generosos, levando a aposentadorias precoces. Ele afirma de forma explícita que os trabalhadores (mas não os capitalistas) se opõem às reformas, mas as mesmas são inevitáveis em função das mudanças discutidas.

2.2 Previdência, reformas previdenciárias e idade mínima para aposentadoria

A literatura sobre o assunto é vasta e a discussão a seguir representa uma pequena amostra do escopo e das preocupações da maioria dos trabalhos nesta área. Há múltiplas abordagens à questão previdenciária em geral e às reformas em particular, considerando diferentes experiências nacionais. De uma forma mais geral, isto é, sem necessariamente explicitar a questão das reformas previdenciárias, Sullivan (2004) mostra como o sistema previdenciário é uma criação recente, fruto da revolução industrial. Nas sociedades pretéritas, a população trabalhava até a morte ou contrair uma doença desabilitadora. Como se verá abaixo, esta abordagem encontra similaridades com os possíveis resultados de algumas reformas. Midgley, e Tang (2008) organizaram uma discussão sobre os impactos econômicos da previdência social, principalmente para o desenvolvimento econômico, em países da Ásia, Europa, África e Américas. Gale et al. (2005) enfatizam aspectos como a relação entre regimes previdenciários e o mercado de trabalho, a acumulação de ativos e riqueza e a regulamentação do mercado de fundos. Holzmann (2009) aborda os problemas dos países da Europa do Leste, Central e Sul, avaliando o papel dos mercados financeiros. Leibrecht et al. (2011) discutem os impactos diferenciais da globalização sobre os distintos regimes de proteção social e enfatizam a heterogeneidade da proteção social entre Europa ocidental e Europa oriental.

Os trabalhos voltados para a questão das reformas são igualmente diversos. Assim, Marier (2008) discute a variedade de processos políticos de reforma previdenciária em cinco países europeus. A barganha política que condiciona as reformas é complicada pelos diferentes impactos sobre a sociedade, inclusive classes sociais, e pela existência de regimes previdenciários baseados na ocupação. Da mesma forma, Arza e Kohli (2008) organizaram um estudo enfatizando as políticas e a questão do poder associados às reformas previdenciárias na Europa. Por sua vez, Cruz-Saco, María Amparo e Mesa-Lago (1998) apresentam abordagens distintas para a questão da reforma previdenciária e do sistema de saúde na América Latina, considerados populistas, contraponto a visão neoliberal do Banco Mundial à visão da Organização Internacional do Trabalho e de outras agências. Kay e Sinha (2008) apresentam avaliações dos programas de reforma previdência no continente americano desde a privatização da seguridade social no Chile, enfatizando uma ampla variedade de aspectos, incluindo o papel das questões de gênero.

Sobre a avaliação das reformas, a ATTAC (1999) critica as mudanças propostas pelo Banco Mundial no sistema de repartição, baseado em três pilares: um fundo público obrigatório com um valor baixo de aposentadoria, um fundo privado para completar, com poupança individual, a aposentadoria pública, e um terceiro pilar com liberdade de complementação por parte dos trabalhadores. O trabalho enfatiza em particular o interesse que os sistemas financeiro tem nestas reformas, ao se posicionar de forma a centralizar e gerenciar os fundos previdenciários com as “aposentadorias-cassino”. Na mesma linha, Toporowski (1999) argumenta que os fundos de pensão contribuem para inflacionar o preço dos ativos e estimulam a especulação, conduzindo a crises financeiras. Nestes episódios os ativos perdem valor rapidamente, colocando em risco os desembolsos para os aposentados. Mas estes não são os únicos riscos. Sullivan (2004) discute fraudes envolvendo fundos privados de aposentadoria na Inglaterra. Na mesma linha, Khalfa e Chanu (1999) avaliam os riscos apresentados pelas propostas liberais para os regimes públicos de aposentadoria. Schludi (2005) mostra como os sindicatos foram instrumentais em barrar as reformas na Áustria, ainda que de forma pouco democrática, enquanto na Itália houve uma maior radicalização contra as reformas.

Marques e Mendes (2001) discutem as principais reformas nos países centrais e no Brasil e constroem projeções para 2025. À época da publicação, a crise de desemprego e o

baixo crescimento na Europa, somados à desaceleração da produtividade e ao envelhecimento da população, criavam pressões no sentido do desmantelamento da proteção social financiada por meio de contribuições de trabalhadores ativos e capitalistas, dada a necessidade de recorrer ao Estado para equilibrar as contas. Os autores mostram uma elevação dos gastos com seguridade social como proporção do produto. As reformas nos países centrais consistiam em aumentar a contribuição dos trabalhadores e reduzir os benefícios por diversos mecanismos. O estudo mostra que muitas medidas envolvem a criação de entraves para a aposentadoria antes dos 65 anos, aumentos na idade mínima para aposentadoria integral e mudanças de regime de repartição para capitalização. Os autores concordam que a expansão da idade mínima da aposentadoria seria justificável, ainda que no contexto europeu contribuísse para a situação do desemprego. Sullivan (2004) argumenta no mesmo sentido, apontando para o ganho médio de 10 anos de vida desde que os sistemas previdenciários modernos foram criados. O autor, porém, não considera o impacto destas mudanças na taxa de desemprego, nem as evidentes divisões de classe. Schmidt (2003) apresente uma abordagem de economia política para o problema, discute alguns aspectos do sistema previdenciário no Brasil e elabora um cenário alternativo. Casarano e Pasinoto (2007) também discutem a redução do número de contribuintes como sendo um problema para a sustentação do pagamento dos benefícios.

Para os propósitos deste trabalho, cabe notar que as reformas propostas, sem exceção, procuram modificar a estrutura da população trabalhadora, que tradicionalmente inclui a população com idades entre 15 e 64 anos (Lee, 2003)⁶, para reincorporar trabalhadores potencialmente inativos no circuito do capital, restringindo a opção de não mais alienar a força de trabalho. O objetivo aparente das reformas previdenciárias é afetar a taxa de dependência medida pela proporção da população com idade acima de 64 anos e a população “trabalhadora”, reduzindo a taxa de dependência ao fazer os trabalhadores “aposentáveis” trabalharem um número maior de anos. Como já argumentado, esta divisão etária é idealista, pois nos países mais pobres amplos segmentos da classe trabalhadora começam a trabalhar bem antes dos 15 anos e seguem trabalhando, quando sobrevivem, após os 64 anos. A OIT (2010) aponta para a falta generalizada de acesso à proteção social

⁶ O autor reconhece que estes limites são arbitrários, e que a população jovem poderia ser alargada ao incluir pessoas com idades entre 18 e 20 anos e reduzir a população em idade de aposentadoria para 60 anos. Este último parâmetro é utilizado por Blackburn (2003).

universal entre os trabalhadores ao redor do mundo. Por sua vez, a luta de classes pode determinar mudanças legislativas que impeçam o trabalho infantil e garantam proteção social após a idade de aposentadoria. De qualquer forma, a perspectiva neoliberal representada nas propostas de reforma aponta para, nas palavras de Blackburn (2003), uma “guerra generacional”, e ignora as mudanças na própria luta intrageneracional de classes.

Baker e Rolsnick (2010) mostram as diferenças de classe na duração do período de aposentadoria, mostrando, para os homens, um crescimento lento para a parcela mais pobre e um maior crescimento para a parcela mais rica. Os autores enfatizam que a idade mínima de aposentadoria nos EUA vai aumentar de 65 para 67 anos, um aumento mais que suficiente para compensar os ganhos de longevidade na aposentadoria, de um pouco mais de um ano para os trabalhadores de menores salários. A maioria destes se aposenta em média aos 62 anos, quando a aposentadoria parcial se torna disponível. Caso a significativa desigualdade de classes na expectativa de vida dos EUA siga crescendo, um trabalhador de baixo salário nascido em 1973 terá um período de aposentadoria idêntico ao de um trabalhador de baixa renda nascido em 1941. A situação fica ainda pior caso as reformas propostas de elevação da idade mínima sejam aprovadas, com a redução no período de gozo da aposentadoria para os trabalhadores de menor renda. Ou seja, não se pode ignorar aspectos de classe quando regimes previdenciários e mudanças demográficas são discutidas. Em particular, é preciso entender como as mudanças demográficas e as reformas previdenciárias afetam as relações sociais de produção.

3. Reformas Previdenciárias e Exploração Intertemporal

3.1 Idade Mínima de Aposentadoria e Tempo de Trabalho

O aumento na expectativa de vida é o aspecto mais importante das mudanças demográficas mencionadas, na medida em que, embora os ganhos na expectativa de vida sejam desiguais ao longo das linhas de classes, o tempo é variável fundamental para a análise do valor e da dinâmica capitalista. Dadas as jornadas intratemporais (diárias, semanais, mensais e anuais) de trabalho, e uma taxa constante de exploração ao longo da vida do trabalhador, a permanência dos trabalhadores na situação de assalariamento por um período adicional implica um massa maior de mais-valor ao longo da vida dos mesmos.

Esta expansão pode ser entendida como uma forma de mais-valor absoluto intertemporal, na medida em que a ampliação do trabalho não pago ocorre mesmo sem aumentos na jornada intratemporal de trabalho. Se houver aumentos na produção intra-temporal de mais-valor absoluto, a combinação geraria uma forma de superexploração, o que, como mencionado, é mais provável em países dependentes.

Assim, nas reformas propostas o parâmetro fundamental é a idade mínima de aposentadoria, que define a separação temporal entre a força de trabalho enquanto mercadoria ativa e a força de trabalho enquanto mercadoria potencial. Ou seja, as reformas tem como centro a redistribuição do tempo de trabalho entre lazer e trabalho, postergando a idade de retirada da força de trabalho de circulação e logo permitindo a continuação da exploração do trabalho pelo capital. Como consequência, o trabalhador produz mais-valor por um período maior de tempo. Além disso, outros aspectos financeiros podem ser enfatizados, como a canalização de parte do capital variável para os fundos previdenciários de de capital fictício que podem ampliar a acumulação e a especulação.

Portanto, a questão do tempo, como identificado por Marx, continua central para o capitalismo contemporâneo. E esta tendência pode ser vista como parte de um fenômeno mais geral de extração de todo o tempo disponível da classe trabalhadora. Vega Cantor (2012), por exemplo, discute as diversas modalidades contemporâneas de expropriação do tempo, como por exemplo as compras, a alimentação rápida, o descanso, a noite e a memória e a história. Mas o autor não trata de uma expropriação fundamental: a do tempo de trabalho por meio da expansão da jornada intertemporal de trabalho. Por outro lado, na discussão da duração do tempo de trabalho, Marx adotou uma análise intratemporal. Ele fixa o tempo de vida do trabalhador de forma arbitrária para chamar a atenção para a determinação do valor da força de trabalho.

Em sua obra máxima, Marx discute a produção de mais valor absoluto e relativo considerando como fixa a “vida útil” do trabalhador. Ioannides e Mavroudeas (2010) discutem a diferença entre trabalhar mais tempo e trabalhar de forma mais intensa em menos tempo, sem discutir a possibilidade de trabalhar mais tempo ao longo da vida trabalhando de forma mais intensa a cada jornada diária de trabalho. Do ponto de vista dos capitalistas individuais, a expansão da jornada intertemporal pode não ser considerada uma possível compensação por extrair mais-valor relativo e não mais absoluto. Mas como o

mais-valor relativo depende da competição que dirige a acumulação de capital, bem como das restrições legais, o mais-valor absoluto seria a forma de excedente ideal do ponto de vista de uma centralização de poder pelo capital, sem restrições legais e competitivas. A expansão da vida útil da classe trabalhadora poderia representar um benefício para os capitalistas enquanto classe. E ainda assim eles podem ter uma visão de curto prazo e neste caso a maior expectativa de vida não importa. Mais importante, estas mudanças redefinem o tempo de trabalho necessário e excedente, considerando a vida inteira dos trabalhadores, não apenas a jornada tradicional de trabalho. Trata-se de um novo método de exploração, estendendo a jornada intertemporal de trabalho.

É preciso notar que no valor da força de trabalho já estão incluídos os valores necessários para a reprodução da família, isto é, para a reprodução intergeracional da força de trabalho. Isto requer qualificar o tamanho das famílias. Em um momento inicial, de transição das economias capitalistas agrárias para as industriais, a previdência era fornecida pelos membros da família com inserção no mundo da produção. Isto certamente aumentava o valor da força de trabalho e o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la. As lutas sociais que conduzem ao Estado-providência fazem com que o suporte para os membros da família sem condições de vender a própria força de trabalho, por motivos de idade ou condição de saúde, seja socializado⁷. Este arranjo ganha ímpeto com Bismarck na Alemanha e Lloyd George na Grã-Bretanha e passa a ser revertido no período mais recente com as reformas.

Estas transformações exigem repensar a lei da população sob as características atuais do modo de produção capitalista. Cada modo de produção tem suas próprias leis de população. No capitalismo, a característica relevante é a formação de um exército industrial de reserva. Assim, é importante entender como as mudanças demográficas, que são resultado também da canalização do excedente para pesquisa e do desenvolvimento das forças produtivas, afetam a formação e a composição do exército industrial de reserva, e assim o conflito distributivo entre capital e trabalho. A existência de um exército industrial

⁷ Um caso a parte e igualmente relevante, não detalhado neste trabalho, está associado ao papel das mulheres na sociedade em geral e na economia em particular. Mesmo incluindo no valor da força de trabalho masculina uma quota-parte para a reprodução das mulheres, o trabalho executado para sustentar a força de trabalho masculina segue em grande parte sem contrapartida. Em que medida uma compensação seria um passo no sentido de maior mercantilização das relações familiares é uma questão complexa, já discutida na literatura feminista (Folbre, 1994) e marxista (Fraad et al., 1994 e Cassano, 2010).

de reserva implica mais-valor potencial não realizado e portanto perdido, ainda que permita explorar os trabalhadores empregados de forma mais intensa ao aumentar a disciplina nos locais de trabalho. Ao aumentar a idade mínima de aposentadoria, uma massa maior de mais-valor é gerada ao longo da vida do trabalhador. Isto sugere que possa existir uma relação entre a crescente utilização de técnicas para reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário, incluindo avanços na medicina social, e a necessidade de aumentar o período de tempo de trabalho utilizado para gerar mais-valor e manter a expansão dos fluxos de tempo de trabalho excedente apropriados pelo capital. Um elemento que adiciona complexidade a esta configuração se relaciona à forma de financiamento do exército industrial de reserva. Se o mesmo se dá por meio de um fundo de proteção social com tributos sobre salários, há um aumento na participação do trabalho improdutivo e uma maior exploração dos trabalhadores empregados. Da mesma forma, como já mencionado a precarização seria uma consequência do aumento da população sem trabalho nos setores de maior produtividade, mas que se subordinam ao capital em outras esferas, particularmente no setor de serviços, com uma ampla base de trabalho improdutivo.

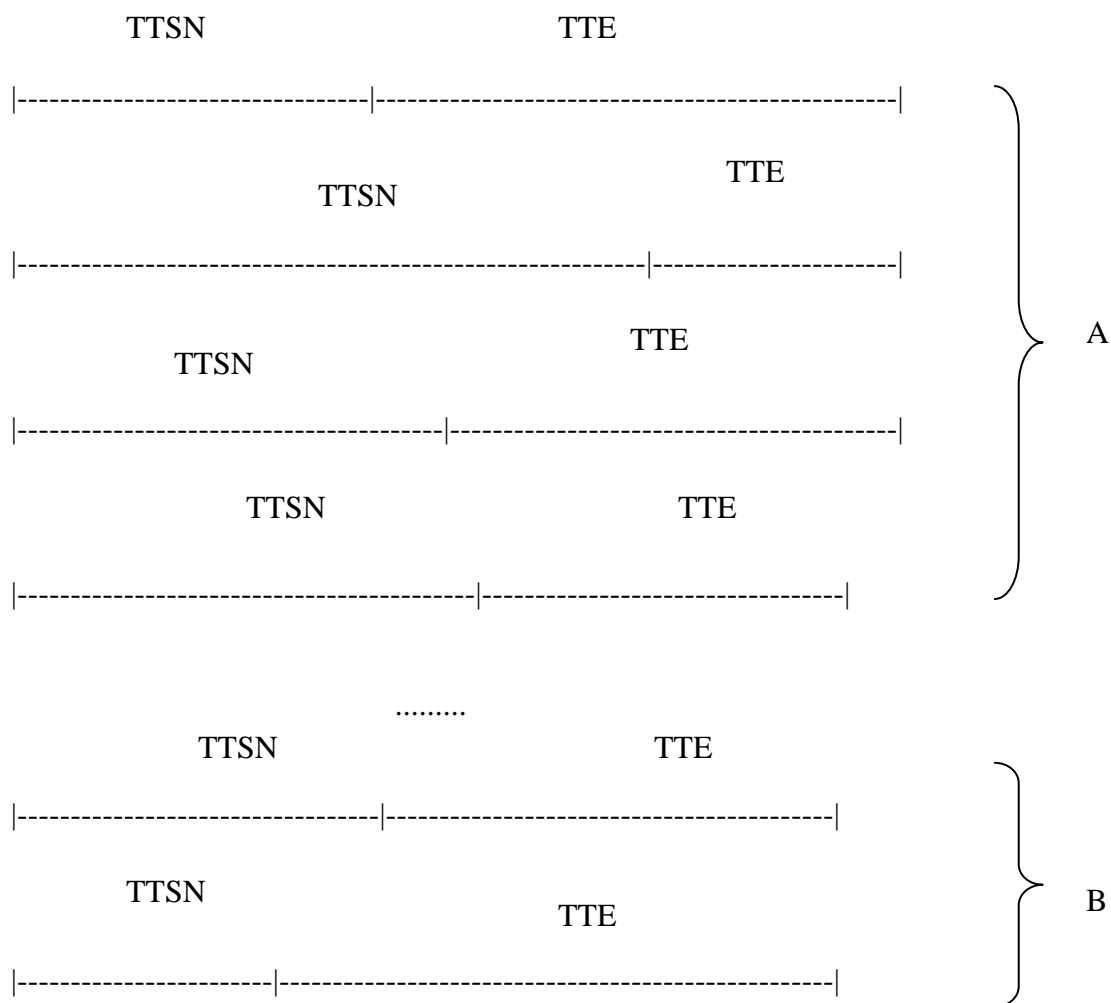
Assim, no modo de produção capitalista, aumentos na expectativa de vida da classe trabalhadora representam, em geral, aumentos na expectativa de exploração. E aumentos na expectativa de vida da classe capitalista representam, em geral, aumentos na expectativa de se apropriar de mais-valor por um período maior, ainda que não necessariamente da mesma geração de trabalhadores. Com as mudanças demográficas e as reformas previdenciárias, a exploração se dará sobre a mesma geração, cada vez mais longa, salvo tendências de precarização das relações de trabalho. Nos regimes previdenciários de repartição, há uma transferência intergeracional intra-classe trabalhadora. Se os lucros são tributados, há também transferência inter-classes, mas com base no trabalho excedente produzido intra-temporalmente pelos trabalhadores. Nos regimes de capitalização, cada trabalhador transfere trabalho para seu próprio uso no futuro. Porém, neste último caso as reformas previdenciárias permitem uma inversão das leis de apropriação: o trabalhador contribui para os fundos que serão empregados pelas empresas para explorarem os trabalhadores e extraírem mais-valor, que será utilizado para remunerar os próprios fundos e portanto os vencimentos dos trabalhadores após a retirada da força de trabalho do circuito do capital.

Jamais os fundos de pensão poderiam funcionar como mecanismos de democratização da propriedade⁸.

3.2 – Exploração Intertemporal do Trabalho

A figura a seguir ilustra as mudanças na divisão do trabalho intra- e intertemporal, com consequências para a produção e apropriação de mais-valor intra- e intertemporal:

Figura 1 – Trabalho Necessário e Excedente: As dimensões intra- e intertemporal



⁸ O plano Meidner foi um exemplo clássico de fracasso na tentativa de socializar o mais-valor por meio de fundos de investimento sob controle dos trabalhadores.

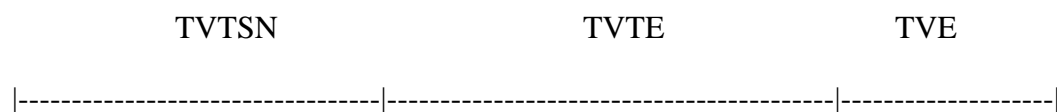
O painel A ilustra uma sequência de períodos, para uma dada configuração demográfica, com extração variável de mais-valor ao longo de vários anos. A jornada de trabalho poderia até ser reduzida, sem gerar problemas para a produção e acumulação de mais-valor. O painel B apresenta uma sequência similar, mas para períodos adicionais ou extras proporcionados pela mudança demográfica e reforma previdenciária aumentando a idade mínima de aposentadoria, com extração variável de mais-valor. Há assim uma massa de mais-valor gerada devido ao um bônus demográfico para os capitalistas. B seria um reflexo da ampliação do tempo de vida de trabalho socialmente necessário, ou tempo de vida extra socialmente necessário, com os fundos previdenciários sendo transferidos do cálculo do valor da força de trabalho para o conjunto de trabalho social assegurado pelo regime previdenciário. A soma das duas sequências representa a nova exploração total a que a classe trabalhadora está submetida nas condições atuais. Desnecessário afirmar que a jornada intratemporal e intertemporal de trabalho pode ser modificada pela atuação dos sindicatos e pelas lutas políticas dos trabalhadores. A tabela 1 apresenta estimativas do tempo extra apropriado pelos capitalistas em diferentes cenários, com base em exercícios muito simples.

Tabela 1 – Estimativas de Tempo Trabalho em Vários Cenários

Situação	Idade inicial de trabalho	Taxa de mais-valor	Expectativa de vida ao nascer (em anos)	Idade aposentadoria	Tempo efetivo de trabalho (em anos)	Tempo de vida extra de trabalho necessário (em anos)	Tempo de vida extra de trabalho excedente (em anos)
A	10	100%	50	50	40	0	0
B	10	100%	55	50	40	5	0
C	15	100%	65	58	43	3,5	3,5
D	20	100%	75	65	45	5	5

As mudanças demográficas e as reformas previdenciárias geram um tempo de vida extra, uma jornada intertemporal de trabalho, que se dividirá em tempo de vida extra de trabalho socialmente necessário, TVETSN, e tempo de vida extra de trabalho excedente, TVETE, de acordo com a figura abaixo. O TVETSN inclui o tempo necessário para reproduzir intertemporalmente, não apenas com relação à duração da jornada de trabalho, a força de trabalho, incluindo provisões para aposentadoria e serviços de saúde, mercantilizados ou não, em função da prevista redução na capacidade laborativa. O TVETE representa o mais-valor gerado após a idade em que a força de trabalho poderia deixar de ser mercadoria. As reformas tem por objetivo, dado o TVE, aumentar o TVETE. Assim os trabalhadores trabalham por mais tempo, produzem mais-valor por mais tempo e recebem um valor futuro menor, diluindo as contribuições previdenciárias e assim reduzindo a pressão por elevações salariais no tempo presente para arcar com as contribuições. Trata-se de uma forma de mais-valor absolut, embora intertemporal. Sem reformas, a classe trabalhadora viveria mais e trabalharia por um período menor, aumentando o TVETSN obtido da geração atual e eliminando o TVETE.

Figura 2 – Jornada Intertemporal de Trabalho



Uma análise mais detida das figuras e da tabela acima suscitam uma questão fundamental: Para a classe capitalista, faz diferença explorar a mesma geração da classe trabalhadora por um período mais longo ou diferentes gerações de trabalhadores por períodos menores? Isso depende fundamentalmente das características da luta de classes em cada geração, como por exemplo a forma de inserção da população trabalhadora acima de 60 anos na luta de classes. Um aumento na expectativa de vida pode diminuir a disposição ao confronto caso o progresso técnico, aqui considerado independente da demografia, eleve a produtividade nos setores produtores de bens de salário e permitam maiores ganhos salariais. Porém, caso o progresso técnico amplie a população ociosa no exército industrial

de reserva, ou os fundos de pensão se apropriem de um volume maior de mais-valor, forçando uma exploração maior dos trabalhadores empregados, pode ampliar a intensidade e frequência dos conflitos. Existe também a mortalidade entre empresas provocada pela competição capitalista.

Para a classe trabalhadora, o aumento na expectativa de vida e o consequente prolongamento do período em que o trabalho está subsumido ao capital representa o prolongamento de uma posição subordinada na hierarquia econômica. E neste sentido a manutenção intergeracional desta hierarquia é preferível a situações de contestação possibilitadas por uma possível falta de horizonte para os trabalhadores. O que é importante enfatizar é que o aumento na expectativa de vida da população em geral, e da classe trabalhadora em particular, permite aumentar a disponibilidade de força de trabalho para o processo de trabalho e de valorização, seja na forma de trabalho efetivo ou de trabalho potencial na forma de um exército industrial de reserva. A coexistência de várias gerações facilita, de um ponto de vista intratemporal, a reposição da força de trabalho, e de uma perspectiva intertemporal, a ampliação da massa de mais-valor gerada individualmente por cada trabalhador.

E é importante observar que trabalhadores subsumidos no processo de trabalho e de valorização podem não experimentar formas de gestão mais democráticas nas unidades de produção capitalistas, o que poderia amenizar os conflitos de classe. Por exemplo, Rosenthal (2013) mostra como técnicas modernas de controle da produção e do trabalho já existiam no período da escravidão. Para o proprietário de escravos uma variável importante é a vida útil dos mesmos. O cálculo acontece no nível individual, de cada componente das relações sociais de produção escravistas, enquanto o aumento na expectativa de vida, que se traduz em um aumento na vida útil da classe trabalhadora, é um aspecto mais geral, ainda que um cálculo similar ao valor de um escravo possa ser feito para caracterizar o potencial produtor de mais-valor de cada trabalhador. Como os ganhos de expectativa de vida se distribuem de forma desigual entre as classes sociais, os capitalistas acabam por ter de explorar diferentes gerações de trabalhadores, mas as mudanças demográficas e as reformas permitem mudar isso e estabelecer uma relação de submissão de longo prazo.

A luta de classes refletida no trabalho de uma burocracia estatal relativamente autônoma, também afetada pela mesma dinâmica demográfica, podem aumentar a vida útil

da mercadoria força de trabalho. A legislação social, assim como o salário mínimo e condições mínimas de trabalho permitem ao trabalhador viver mais tempo, ainda que produzindo mais-valor. Assim, a própria mudança demográfica, ao condicionar a luta de classes, pode afetar as condições de reprodução do capitalismo. Por sua vez, a mesma burocracia é responsável por implementar reformas na proteção social para evitar que isto aconteça. Haveria então um interesse dos capitalistas enquanto classe nesta expansão da vida útil da mercadoria força de trabalho. Haveria um problema caso o financiamento de possíveis déficits da previdência afetasse lucros e a acumulação de capital, quando por exemplo há déficits elevados e o capital financeiro não possui força para impor o financiamento dos mesmos por meio de dívida. Por outro lado, ilustrando a nova dinâmica da luta de classes em condições de mudança demográfica, Tropman e Nicklett (2012) argumentam que se pode equilibrar os orçamentos por meio de uma maior exploração social dos idosos, apresentando como exemplo os EUA, onde a redução da proteção social conduzirá a população em idade de se aposentar a permanecer trabalhando, mesmo que em tempo parcial, e permitindo realizar o objetivo de Giddens.

Conclusão

As mudanças demográficas são reais e tem como características fundamentais o crescimento da expectativa de vida e o aumento populacional. De uma perspectiva marxista, estas mudanças implicam uma mudança na composição das classes sociais, com várias gerações estando presentes em cada momento do circuito do capital. A possibilidade de aposentadoria prolongada permite ampliar o consumo de mercadorias por um período maior de tempo sem a contrapartida na alienação da força de trabalho. As reformas previdenciárias surgem como uma forma de ampliar também o tempo de trabalho disponível para exploração, criando um tempo de trabalho extra, distinto do tempo de trabalho excedente formulado por Marx, já que o tempo de trabalho extra é intertemporal.

As mudanças também criam oportunidades para a classe trabalhadora. Ausentes medidas de superação das relações sociais de produção fundadas no assalariamento e na exploração, alternativas devem incluir tentativas de utilização de fundos previdenciários para controle social das empresas pela classe trabalhadora, com funcionários com controle majoritário e outros membros externos como controle minoritário, retomando as linhas

mestras do Plano Meidner em um contexto de ampliação da classe trabalhadora. Outra medida passa por demandas pela redução da jornada intratemporal de trabalho, neste caso não mais pelo aumento da produtividade, mas pela “compensação” da maior jornada intertemporal de trabalho ou tempo de vida socialmente necessária. Esta segunda proposta é conservadora, pois mantém a realidade da exploração da classe trabalhadora e a subsunção ao capital. Mas pode ser avançada no caso de uma correlação de forças menos favorável.

Estas mudanças impõem também mudanças necessárias nas próprias organizações dos trabalhadores, principalmente no que tange ao problema dos aposentados. Além das ações de resistência às reformas onde ainda não estão completas, e das propostas de reversão onde estas já aconteceram, os sindicatos, partidos e outras organizações terão de trabalhar os conflitos que surgem desta divisão da classe trabalhadora entre ativos, pretendentes a inativos e inativos, além das situações em que estas categorias não são tão nítidas. Mais importante, é preciso enfrentar o problema de como prover os membros da sociedade que não mais podem (ou devem) contribuir para o trabalho social total. Para além do capitalismo, aumentos na expectativa de vida são desejáveis na medida em que atividades significativas podem ser desenvolvidas, melhorando as condições de vida dos trabalhadores. Porém, a questão fundamental permanece. Como manter ou elevar o padrão de vida dos trabalhadores com uma menor capacidade contributiva para o trabalho social proporcionada pelas aposentadorias? A resposta vem de Marx: Para cada um de acordo com suas necessidades, socialmente determinadas, e de cada um de acordo com suas possibilidades, transformadas pela própria evolução social.

Bibliografia

Amaral, Marisa Silva e Carcanholo, Marcelo Dias (2012) Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo, Boitempo.

Antonovsky, Aaron (1967) Social Class, Life Expectancy and Overall Mortality. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, Vol. 45, No. 2, Part 1 (Apr.), pp. 31-73.

Arza, Camila e Martin Kohli (eds.) (2008) *Pension Reform in Europe – Politics, policies and outcomes*. NY: Routledge.

ATTAC (1999). O Sistema Financeiro Contra os Aposentados. Conselho Científico. Disponível em: <http://france.attac.org/archives/spip.php?article34331>. Visitado em 10/07/2013.

Cassano, Graham (2010) *Class Struggle on the Homefront: Work, Conflict, and Exploitation in the Household*. Londres: Palgrave MacMillan.

Baker, Dean and Rosnick, David (2010) The Impact of Income Distribution on the Length of Retirement. *CEPR issue brief*, October.

Baker, Dean (2011) The 'demographic timebomb' defused. *The Guardian*, 20 January.

Baker, Dean (2012) The Nonsense About a Demographic Crisis. Center for Economic and Policy Research. Disponível em: <http://www.cepr.net/index.php/blogs/cepr-blog/the-nonsense-about-a-demographic-crisis>.

Blackburn, Robin (2003) *Banking on Death: Or, Investing in Life: The History and Future of Pensions*. Londres: Verso.

Camarano, Ana A. e Pasinato, Maria T. (2007) Envelhecimento, Pobreza e Proteção Social na América Latina. IPEA, texto para discussão nº 1292.

Cruz-Saco, María Amparo e Mesa-Lago, Carmelo (1998) *Do Options Exist? The Reform of Pension and Health Care Systems in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

Folbre, Nancy (1994) *Who Pays for the Kids? Gender and the Structures of Constraint*. Londres: Routledge.

Fraad, Harriet; Richard Wolff, Stephen Resnick (1994). *Bringing It All Back Home: Class, Gender and Power in the Modern Household*. Nova York: Pluto Press

Gale, William; Shoven, John e Warshawsky, Mark (2005) *The Evolving Pension System – Trends, Effects and Proposals for Reform*. Washington, DC: The Brookings Institution.

Holzmann, Robert (ed.) (2009) *Aging Population, Pension Funds, and Financial Markets*. The World Bank.

Ioannides, Alexis e Mavroudeas, Stavos (2010) Work More or Work Harder? The Duration and Intensity of Work in Marx's Capital. *Science & Society*, Vol. 74, n. 1, Jan. pp. 85-102.

Kay, Stephen e Sinha, Tapen (2008) *Lessons from Pension Reforms in the Americas*. Oxford: Oxford University Press.

Khalfa, Pierre e Chanu, Pierre-Yves (1999) *Les Retraites au Péril du Libéralisme*. Paris: Ed. Syllepse.

- Korpi, Walter e Palme, J (2003) New politics and class politics in the context of austerity and globalization: Welfare state regress in 18 countries, 1975–95. *American Political Science Review*, Vol. 90, n. 3, pp. 425-446
- Lee, Ronald (2003) The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 17, nº 4, pp. 167-90.
- Leibrecht, Markus; Klien, Michael e Onaran, Ozlem (2011) Globalization, welfare regimes and social protection expenditures in Western and Eastern European countries, *Public Choice*, Springer, vol. 148(3), pages 569-594, September.
- Luce, Mathias S. (2012) A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 32.
- Marier, Patrick (2008) *Pension Politics – Consensus and Social Conflict in Ageing Societies*. NY: Routledge.
- Marques, Rosa Maria e Mendes, Áquilas (2001) A Proteção Social no Primeiro Quartel do Século XXI: Brincando com Cenários. *Análise Econômica*, Ano 19, nº 36.
- Midgley, James e Tang, Kwon-leung (2008) *Social Security: The Economy and Development*. NY: Palgrave MacMillan.
- OIT (2010) World Social Security Report 2010/2011. Genebra.
- Pampel, Fred (1994) Population Aging, Class Context, and Age Inequality in Public Spending. *American Journal of Sociology*, Vol. 100, No. 1, Jul., pp. 153-195.
- Social Security Administration (2012) OASDI Trustees Report 2012.
- Olshansky, S. Jay et al. (2012) Differences In Life Expectancy Due To Race And Educational Differences Are Widening, And Many May Not Catch Up. *Health Affairs*, August, pp. 1803-13.
- Pochet, Phillipe e Degryse, Christophe (2012) The Programmed Dismantling of the “European Social Model”. Forum on the Welfare State After the Great Recession. *Intereconomics, Review of European Economic Policy* Volume 47, Number 4, July/August, pp. 212-217.
- Revue de L’IRES (1999), n.º 30. Número especial sobre proteção social.
- Rosenthal, Caitlin (2013) From Memory to Mastery: Accounting for Control in America, 1750–1880. *Enterprise & Society* 14 (4), pp. 732-748
- Schludi, Martin (2005) *The Reform of the Bismarckian Pension Systems – A Comparison of Pension Politics in Austria, France, Germany, Italy and Sweden*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Sullivan, Martin (2004) *Understanding Pensions*. Nova York: Routledge.

Schmidt, Carlos (2003) Economia Política da Seguridade Social. In: João Antonio de Paula (org.) *A Economia Política da Mudança: Os Desafios e Equívocos do Início do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica.

Toporowski, Jan (1999) *The End of Finance: Capital Market Inflation, Financial Derivatives and Pension Fund Capitalism*. Londres: Routledge.

Tropman, John e Nicklett, Emily (2012) Balancing the Budget through social exploitation: Why hard times are even harder for some. *Advances in Applied Sociology*, Vol. 2, nº 2, pp. 111-119.

Vega Cantor, Renán (2012) La expropiación del tiempo en el capitalismo actual. *Revista Herramienta*, nº 51, Ano XVI, Outubro.